



AVALIAÇÃO NACIONAL DA DISCIPLINA CONCEITOS E APLICAÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

CADERNO DE QUESTÕES

1. Esta prova contém 16 (dezesesseis questões), cada uma com 4 (quatro) alternativas.
2. A duração da prova é de **2 (duas) horas**.
3. Todos os espaços em branco podem ser usados para rascunho.
4. Para cada questão existe **somente uma alternativa correta**. Será anulada a questão em que for assinalada mais de uma alternativa.
5. Assinale a alternativa que julgar correta na Folha de Respostas que lhe foi entregue com este Caderno de Questões.
6. Não deixe nenhuma questão em branco.
7. Não rasure, não amasse a Folha de Respostas.
8. Não haverá tempo suplementar para marcar as respostas.
9. O tempo mínimo de permanência em sala é de **meia hora**, após a entrega dos cadernos de questão.
10. Os dois últimos candidatos devem permanecer na sala da prova até presenciar o fechamento do envelope com as folhas de respostas.

IMPORTANTE:

- O resultado desta avaliação corresponde a 50% da nota final da disciplina.
- Quanto ao preenchimento da Folha de Respostas, observe as instruções:

- a) Preencha o nome e o seu CPF nos espaços adequados.
- b) Assine no campo adequado da folha de respostas
- c) Utilize APENAS caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Não é permitido o uso de qualquer corretivo ou borrachas. O preenchimento com lápis ou caneta de outra cor anulará a questão e/ou a avaliação.
- d) Preencha todo círculo correspondente a alternativa escolhida, conforme exemplo. Não assinale resposta com "X", o que invalida a questão.

MODO CORRETO:



MODO ERRADO:



BOA AVALIAÇÃO!



QUESTÕES DE CONCEITOS E APLICAÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. A propriedade intelectual é definida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) como os direitos relativos às criações humanas as quais abrangem:

I. Obras literárias, artísticas e científicas, interpretações e emissões de radiodifusão, invenções em todos os domínios da atividade humana, descobertas, proteção contra a concorrência desleal.

II. Obras literárias, interpretações e emissões de radiodifusão, marcas industriais, comerciais e de serviço, proteção contra a concorrência desleal.

III. Obras literárias, artísticas e científicas, interpretações e emissões de radiodifusão, invenções em todos os domínios da atividade humana.

IV. Obras artísticas, marcas industriais, comerciais e de serviço, firmas comerciais e denominações comerciais.

V. Obras científicas, desenhos e modelos industriais, descobertas, marcas industriais, comerciais e de serviço.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente II, III e IV são verdadeiras
- c) Somente I, III e V são verdadeiras
- d) Somente II, IV e V são verdadeiras

2. A Constituição Federal Brasileira (CFB) já na década dos anos 1960 apresentou avanços quanto aos direitos da propriedade intelectual, quando comparada às CFB anteriores. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

I. A CFB de 1988 garante aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

II. A CFB de 1988 assegura proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

III. A CFB de 1988 assegura o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.

IV. A CFB de 1988 assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização.

V. A CFB de 1988 assegura aos autores a proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente II, III e IV são verdadeiras
- c) Somente I, IV e V são verdadeiras
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras



3. Em 1967 foi criada a OMPI e em 1974 OMPI tornou-se agência especializada das Nações Unidas para administrar questões relativas à propriedade intelectual. Dentre seus objetivos estão:

- I. Promover a proteção da propriedade intelectual no mundo, através da cooperação entre os Estados.
- II. Promover a criação de novos tratados internacionais e modernização das legislações nacionais.
- III. Promover o apoio financeiro às universidades visando o desenvolvimento social e econômico dos países membros.
- IV. Promover a redução das distorções ou entraves ao comércio internacional com a elaboração e criação de leis que regulam a propriedade industrial nos países membros.
- V. Promover a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo dos países membros.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I e II são verdadeiras
- b) Somente II e III são verdadeiras
- c) Somente I, III e IV são verdadeiras
- d) Somente III, IV e V são verdadeiras

4. São princípios basilares da Convenção da União de Paris (CUP):

- I. Os domiciliados ou os que possuem estabelecimentos industriais ou comerciais efetivos no território de um dos países membros da Convenção, são equiparados aos nacionais do país onde foi requerida a patente, o desenho industrial ou a marca.
- II. O primeiro pedido de patente ou desenho industrial depositado em um dos países membros serve de base para depósitos subseqüentes relacionados à mesma matéria, efetuados pelo mesmo depositante ou seus sucessores legais.
- III. As patentes concedidas (ou pedidos depositados) em quaisquer dos países membros da Convenção são independentes das patentes concedidas (ou dos pedidos depositados) correspondentes, em qualquer outro país signatário ou não da Convenção.
- IV. A proteção conferida pelo estado membro através da patente ou do registro do desenho industrial tem validade em todos os países signatários da Convenção.
- V. A uniformidade das leis nacionais é dever dos países membros para que haja a paridade de tratamento entre o cidadão nativo e o estrangeiro.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e V são verdadeiras
- b) Somente I, II e III são verdadeiras
- c) Somente I, III e IV são verdadeiras
- d) Somente III, IV e V são verdadeiras



5. Com relação aos acordos internacionais que tratam da propriedade intelectual e matérias relacionadas, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Acordo de Madri refere-se ao Registro Internacional de Marcas.
- II. A Convenção de Berna trata da proteção das obras e dos direitos de seus autores.
- III. O processo de registro de marca mediante o Sistema de Madri eliminou o exame substantivo do escritório do país no qual se pretende proteger a marca.
- IV. A partir do Tratado de Cooperação em matéria de Patente (PCT) tornou-se possível a patente internacional, ou seja, com um único pedido a patente é protegida em todos os países signatários.
- V. O Tratado de Budapeste tem como um dos objetivos a eliminação ou limitação de múltiplos depósitos de materiais biológicos.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente II, III e IV são verdadeiras
- c) Somente I, II e V são verdadeiras
- d) Somente III, IV e V são verdadeiras

6. Sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), mais conhecido pela sigla TRIPS, do inglês *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, assinale a alternativa correta:

- a) O TRIPS foi aprovado como parte integrante do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- b) O TRIPS estabelece as leis dos países signatários quanto às obrigações sobre a proteção à propriedade intelectual.
- c) O TRIPS é um acordo multilateral que contém cláusulas legalmente vinculantes com relação aos recursos fitogenéticos.
- d) O TRIPS define a forma apropriada de implementar as disposições do Acordo nos seus sistemas jurídicos.

7. A Propriedade Intelectual é dividida em direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis*. Sobre as espécies de propriedade intelectual e os conceitos relacionados, analise as informações abaixo:

- I. A proteção *sui generis* compreende apenas topografia de circuitos integrados e cultivar.
- II. Propriedade Intelectual refere-se aos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações e às emissões de radiodifusão; e às invenções em todos os domínios da atividade humana, entre outros.
- III. Propriedade Intelectual é o produto da capacidade inventiva do intelecto humano apenas nos campos industrial e científico.
- IV. Propriedade Intelectual pode garantir retorno econômico para o criador de uma invenção e, para patenteá-la, é preciso comprovar o caráter inovador, atividade inventiva e aplicação industrial da invenção.
- V. O direito autoral, segundo a Lei 9.610/1998, refere-se a obras intelectuais protegidas criações do espírito, tais como obras literárias, artísticas, conferências, métodos diagnósticos, desenhos, traduções, modelos matemáticos, programa de computador, cartas geográficas etc.



Das assertivas apresentadas:

- a) Somente as alternativas I e II são verdadeiras
- b) Somente as alternativas III e V são verdadeiras
- c) Somente as alternativas IV e V são verdadeiras
- d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras

8. Com respeito ao direito relativo às Marcas, analise as afirmativas abaixo:

I. A Marca deve ter a capacidade de distinguir objetivamente os produtos/serviços que assinalam, vedando-se o registro de sinais desprovidos desta capacidade.

II. A Marca de alto renome é aquela conhecida no mercado de consumo em geral, que alcançou um patamar de grande reconhecimento e reputação positiva.

III. A Marca notoriamente conhecida é registrada em outro país e possui expressivo reconhecimento perante os consumidores, portanto a proteção estende-se a todos os ramos comerciais.

IV. A Marca de alto renome goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

V. A Marca sofre alterações ao longo do tempo, sendo necessário que o titular proceda a proteção das marcas alteradas para obter o direito exclusivo de seu uso e exploração.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente I, II e V são verdadeiras
- c) Somente II, III e IV são verdadeiras
- d) Somente III, IV e V são verdadeiras

9. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial (LPI), Lei 9.279/1996, que regula os direitos relativos à propriedade industrial, sobre as condições de registrabilidade de uma Marca e previsões de impedimento de registro:

I. Não são registráveis, em hipótese alguma, pseudônimo ou apelido notoriamente conhecidos, nome artístico singular ou coletivo.

II. Não são registráveis nome, prêmio ou símbolo de evento esportivo, artístico, cultural, social, político, econômico ou técnico, oficial ou oficialmente reconhecido, salvo quando autorizados pela autoridade competente ou entidade promotora do evento.

III. Não são registráveis, em hipótese alguma, obra literária, artística ou científica, assim como os títulos que estejam protegidos pelo direito autoral e sejam suscetíveis de causar confusão ou associação.

IV. Não são registráveis sinais genéricos ou de uso comum para que não sejam expropriados do patrimônio público.

V. Não são registráveis brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumento oficiais, públicos, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como a respectiva designação, figura ou imitação.

Das assertivas apresentadas:

- a) Somente I, IV e V são verdadeiras
- b) Somente I, III e IV são verdadeiras



- c) Somente II, IV e V são verdadeiras
- d) Somente II, III e V são verdadeiras

10. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, Lei 9.279/1996, podemos afirmar:

- I. A novidade só é requerida para a patente de invenção.
- II. O resumo e o relatório são requisitos de patenteabilidade.
- III. A atividade inventiva não é requisito de patenteabilidade.
- IV. Novidade e aplicação industrial são requisitos de patenteabilidade.
- V. Existem três tipos de patentes: de invenção, desenho industrial e modelo de utilidade.

Das assertivas apresentadas:

- a) Apenas a alternativa IV está correta
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas
- c) Apenas as alternativas III e IV estão corretas
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas

11. Quanto aos direitos de autor e à luz da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1996, analise as informações:

- I. Em obras coletivas, os participantes não poderão proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva.
- II. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados a partir do seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.
- III. Para ter os direitos definidos na lei, o autor, criador da obra literária, artística ou científica, deverá usar sempre seu nome civil, completo ou abreviado.
- IV. Ao co-autor, cuja contribuição possa ser utilizada separadamente, são asseguradas todas as faculdades inerentes à sua criação como obra individual, vedada, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da obra comum.
- V. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar a sua publicação, salvo na coleção de suas obras completas

Das afirmativas apresentadas:

- a) Apenas I e II estão corretas
- b) Apenas I e III estão corretas
- c) Apenas II e IV estão corretas
- d) Apenas IV e V estão corretas

12. Com respeito aos direitos autorais, são considerados de domínio público e, portanto, não depende de autorização prévia para uso:

- I. Obras de autores falecidos sem sucessores.
- II. Obras do tipo ilustrações, cartas geográficas e outras da mesma natureza.



- III. Obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais.
- IV. Obras de autores desconhecidos, ressaltados conhecimentos étnicos e tradicionais.
- V. Obras como projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente I, III e IV são verdadeiras
- c) Somente II, IV e V são verdadeiras
- d) Somente III, IV e V são verdadeiras

13. Em relação à proteção da propriedade intelectual relativa aos programas de computador:

- I. Programas de computador, em código fonte ou objeto, serão protegidos como obras literárias pelo Acordo TRIPS.
- II. É determinada pela Lei de Programas de Computador (Lei n.º 9.609) e pela Lei de Direitos Autorais (Lei n.º 9.610), ambas de 1998.
- III. As regras do registro de programas de computador, como um direito de autor, são descritas pelas normativas da Biblioteca Nacional.
- IV. Em concordância com o acordo TRIPS, em seu Artigo 10, todos os países do mundo optaram pela não admissão de patentes para estas criações.
- V. No acordo TRIPS, Art.10, os programas de computador, em código fonte ou objeto, serão protegidos como direito de autor, revogando, desta forma, a Convenção de Berna.

Das afirmativas apresentadas:

- a) Apenas I e II estão corretas
- b) Apenas III e IV estão corretas
- c) Apenas II e IV estão corretas
- d) Apenas III e V estão corretas

14. Os artigos 10 e 18 da LPI apresentam as cláusulas que descrevem **o que não se considera patenteável**. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os aparatos utilizados para realização de diagnóstico de patologias humanas e animais.
- II. Os esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização.
- III. Os processos de obtenção ou modificação de substâncias ou matérias, quando resultantes de transformação do núcleo atômico.
- IV. Os microrganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade (novidade, atividade inventiva e aplicação industrial) e que não sejam mera descoberta.
- V. O todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais não constituem matéria patenteável.

Das afirmativas apresentadas:



- a) Somente I, II e III são verdadeiras
- b) Somente I, III e IV são verdadeiras
- c) Somente II, III e V são verdadeiras
- d) Somente I, IV e V são verdadeiras

15. Com respeito ao direito de Proteção de Cultivares, para efeitos legais, analise as afirmativas abaixo e assinale a FALSA:

- a) Cultivar distinta é aquela que se distingue claramente de qualquer outra, cuja existência na data do pedido de proteção não seja reconhecida.
- b) Cultivar estável é aquela que, reproduzida em escala comercial, mantenha a sua homogeneidade através de gerações sucessivas.
- c) Cultivar homogênea que, utilizada em plantio, em escala comercial, apresente variabilidade mínima quanto aos descritores que a identifiquem, segundo critérios estabelecidos pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).
- d) Decorrido o prazo de vigência do direito de proteção, a cultivar cairá em domínio público e nenhum outro direito poderá obstar sua livre utilização.

16. Com respeito ao direito de Proteção de Indicação Geográfica, para efeitos legais, analise as afirmativas abaixo:

- I. Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
- II. Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
- III. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.
- IV. Na hipótese de um único produtor ou prestador de serviço estar legitimado ao uso exclusivo do nome geográfico, pessoa física ou jurídica, estará autorizado a requerer o registro da Indicação Geográfica em nome próprio.
- V. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem não poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Das assertivas apresentadas:

- a) Somente as alternativas I e II são verdadeiras
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras
- c) Somente as alternativas IV e V são verdadeiras
- d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras